



**crescer
juntos**

PLANO DE GOVERNO

GOVERNADOR
eduardo
Vice **Gabriel Souza**

Apresentação

PARA MELHORAR A VIDA DAS PESSOAS

O Rio Grande do Sul vive um momento de esperança. O ciclo 2019-2022 aproxima-se do fim com um clima positivo de resultados, transformação e afirmação do projeto que conduz o Estado há duas gestões. Ainda que haja muito a ser feito, a continuidade do modelo significou o início da superação de um cenário que era caracterizado pela combinação entre crise fiscal aguda, falta de investimento público e precarização dos serviços oferecidos à sociedade.

Nos últimos anos, uma agenda de impacto e com perspectivas de longo prazo foi rigorosamente implementada com o intuito de reverter o quadro

pessimista e restituir a ambição de poder fazer do Rio Grande do Sul um Estado que pudesse voltar a ser conhecido pelas soluções que apresenta, e não apenas pelos seus problemas crônicos.

Sob a liderança inicial de Eduardo Leite e seguido por Ranolfo Vieira Júnior, o atual governo protagonizou um movimento de reorganização do setor público, enfrentando temas delicados com medidas profundas, por vezes impopulares, mas sempre necessárias. Governos que tiveram a coragem de romper conceitos e a ousadia de propor e aplicar fórmulas modernas, em diálogo e colaboração com a sociedade. Assim, o Rio Grande do Sul

passou a ser reconhecido não só pelo “o que fez”, mas pelo “como fez”.

Nosso **Plano de Governo** para alcançar o segundo ciclo à frente do Palácio Piratini nasce não só desta exitosa experiência administrativa recente, mas do sonho de inovação acalentado com o movimento Rumos, fonte de escuta, reflexão e proposição das prioridades eleitas pela população gaúcha no primeiro mandato. Olhando de maneira perspectiva, o Rumos esteve presente em todos os desdobramentos da gestão 2019-2022 até chegar como fonte de inquietação e desafio a este momento de formulação de diretrizes para o novo ciclo 2023-2026.

Dois movimentos metodológicos guiaram a elaboração deste documento. Em primeiro lugar, revisitamos nosso primeiro Plano de Governo para consultar princípios. Sempre acreditamos que a continuidade das políticas públicas de Estado é um dos

fundamentos da racionalidade administrativa, pelo potencial de transcender às circunstâncias de um governo específico.

Depois, consultamos e extraímos dos resultados da atual gestão os elementos para formular um novo conjunto de prioridades, capaz de dar conta da oportunidade histórica que se abre diante de todos nós: manter, simultaneamente, os compromissos fiscal e social, para que o equilíbrio financeiro e a retomada da capacidade de investimento proporcionem um ciclo de desenvolvimento sustentável, sem retrocessos.

O **Plano de Governo** está estruturado em cinco eixos. Três eixos agrupam as prioridades das atividade-fim, com as políticas para incidir concretamente sobre a vida da população:

- I - Eixo Social e da Qualidade de Vida
- II - Eixo Ambiental e de Infraestrutura
- III - Eixo Econômico

Dois eixos dão sustentação

aos demais:
IV - Eixo de Gestão
V - Eixo Fiscal

Os cinco eixos possuem diretrizes estratégicas, que expressam os principais compromissos em oito direções, apontadas como linhas centrais de atuação para o próximo período. Abaixo do plano das diretrizes estará o das prioridades, que serão organizadas por áreas de atuação, sempre com o viés de evolução e a partir das conquistas objetivas dos anos recentes.

O terceiro movimento metodológico é de abertura à sociedade e não se encerra com o calendário eleitoral. Assim como ocorreu em 2018, também nos propusemos a ouvir representantes e líderes dos mais diversos setores, recolhendo ideias para enriquecer o nosso painel de prioridades. Entendemos que são contribuições

valiosas, que certamente irão provocar adaptações de percurso e ajustes no novo mandato deste projeto de reorganização do setor público gaúcho. Este **Plano de Governo** é retrato de uma inquietação e expressão de uma esperança. Mais do que propostas, indica caminhos e compromissos. Sinaliza as prioridades de mais um ciclo de governo que se imagina capaz de entregar aquilo que se espera de um Estado moderno: melhorar a vida das pessoas.

MENSAGEM DO CANDIDATO

O TAMANHO DO SONHO

Nenhuma eleição é igual a outra. Em 2018, embora a gestão 2015-2018 tenha cumprido um papel fundamental de transparência sobre a situação estrutural do Estado e apontado caminhos, concorremos ao Palácio Piratini ainda sob um clima dramático, diante dos enormes desafios apresentados aos candidatos pela crise histórica das finanças públicas gaúchas. Em 2022, o cenário é diferente: vivemos uma expectativa de retomada. A transformação desejada ainda está longe de estar concluída, mas é inegável que o nosso primeiro ciclo de governo obteve resultados concretos e expressivos.

As conquistas e o otimismo não podem nos enganar com uma sensação de jogo ganho. É certo que retomamos o equilíbrio das contas e voltamos a investir – com

um ciclo de investimentos sem precedentes na história recente, totalizando R\$ 6,8 bilhões –, mas ainda estamos distantes da vitória completa, que seria a felicidade de vivermos em um Estado com equilíbrio consolidado, que concilie firmeza e disciplina fiscal com sensibilidade social de uma maneira sustentável e duradoura.

Não podemos permitir que os populismos sequestram a esperança proporcionada por uma gestão responsável. Não podemos colocar em risco um projeto estratégico de gestão que é resultado do esforço e da colaboração de forças políticas do centro democrático. É tênue o equilíbrio conquistado até aqui, pois passivos estruturais ainda rondam a normalidade financeira do setor público gaúcho.

Neste primeiro governo fizemos reformas e conduzimos, com o apoio de diversos partidos, um ajuste fiscal que não havia predominado nas últimas décadas. Ao nos apresentarmos para um novo mandato, mantemos o compromisso de garantir o equilíbrio fiscal e avançar mais em outras frentes do desenvolvimento econômico e social, sempre de forma sustentável e inclusiva.

A manutenção do fundamento fiscal garante que o Estado não retroceda. É o antídoto racional que temos à mão para o Rio Grande do Sul não voltar a atrasar salários e repasses para saúde, educação e segurança, além de ser a ferramenta para assegurar recursos suficientes a investimentos públicos básicos. O rigor fiscal também é vital para que a energia da gestão pública se amplie e seja canalizada para outras frentes de médio e longo prazo, não apenas para o fechamento das contas ao final do mês.

O propósito em um próximo governo deve ser alcançar

um novo patamar de desenvolvimento econômico e social, baseado na qualidade de vida, com oportunidades distribuídas igualitariamente. Sabemos que o ambiente maior do cenário global e nacional determina certas fronteiras do desenvolvimento, mas há muito que se pode fazer localmente, por entes subnacionais, com visão, estratégia e disciplina de execução, tanto mais em um Estado como o nosso, caracterizado por um espírito empreendedor que nos cabe resgatar.

Portanto, este **Plano de Governo** afirma o compromisso de trabalhar para aumentar a produtividade da economia gaúcha, com mais igualdade de oportunidades, com o intuito de inseri-la na tendência moderna de sustentabilidade e inovação, sempre em sintonia com o preceito que nos mobiliza: fazer com que seja possível viver melhor no Rio Grande do Sul, o que sempre nos impõe metas de alcance social.

Queremos qualidade de vida e diversidade, fazendo com que a nossa população se torne mais livre, saudável, bem educada

e queira ficar no Rio Grande Sul, a ponto destes atributos também se converterem em um dos fatores de manutenção e atração de novas empresas e investimentos. É nessa sociedade com mais respeito que os indivíduos terão oportunidades, melhores empregos e uma convivência harmônica. É pela possibilidade de construirmos este ambiente que organizamos uma ampla coalizão política de centro. Mais do que uma coligação com objetivos eleitorais, alinhamos partidos que convergem em práticas e ideias, amparados pelo respeito inegociável à ciência, à democracia e à liberdade.

Nos últimos anos, equacionamos questões de curto prazo e encaminhamos soluções de longo prazo. Fizemos da disciplina fiscal não um fim em si mesmo, mas uma alavanca. O Rio Grande do Sul reformou, privatizou, reorganizou carreiras, reduziu impostos, tornou-se mais seguro, construiu estradas, estimulou o desenvolvimento e a inovação, melhorou a competitividade e o ambiente de negócios, ofereceu melhores

serviços de educação e saúde. Sempre em parceria com os municípios e de uma maneira respeitosa, nos colocamos em um círculo virtuoso e promissor, com uma janela de investimentos capaz de estimular o desenvolvimento das próximas décadas.

Quando se planeja um governo ou uma política pública, uma pergunta está no ar: qual é o tamanho do sonho que nos projeta? Este **Plano de Governo**, que é, ao mesmo tempo, resultado de uma experiência administrativa, reflexo de uma visão de gestão pública e expressão de uma forma de fazer política, traz a dimensão e o alcance do nosso sonho. E é com este sonho que vamos seguir transformando o Rio Grande do Sul.

Eduardo Leite

Candidato a governador do Rio Grande do Sul

EIXOS, DIRETRIZES E PRIORIDADES

PROPÓSITO E PRINCÍPIOS

Propósito

Desenvolver o Rio Grande do Sul de maneira sustentável e inclusiva, gerando oportunidades e provendo alta qualidade de vida para todos. Um Estado que abraça todas as vocações e talentos, está comprometido com a construção de um futuro feliz e abundante para as novas gerações e que é reconhecido por isso.

Princípios

- Inovação e ousadia na gestão
- Senso de urgência
- Democracia
- Transparência
- Diálogo
- Respeito à liberdade, à diversidade e à pluralidade
- Respeito ao conhecimento científico
- Colaboração contínua entre sociedade, Estado e setor produtivo
- Integridade
- Honestidade
- Responsabilidade fiscal, administrativa, social e ambiental

Eixos e Diretrizes

I - Eixo Social e da Qualidade de Vida

- Diretriz 1**
Acelerar ações para melhorar a qualidade da educação
- Diretriz 2**
Converter o Estado em um polo nacional de qualidade no atendimento à saúde
- Diretriz 3**
Combater a pobreza infantil

II - Eixo Ambiental e de Infraestrutura

- Diretriz 4**
Implementar políticas de transição energética

III - Eixo Econômico

- Diretriz 5**
Apoio ao agronegócio e enfrentamento dos ciclos de seca
- Diretriz 6**
Estimular o desenvolvimento de ecossistemas de inovação público-privados

IV - Eixo de Gestão

- Diretriz 7**
Modernização da gestão pública

V - Eixo Fiscal

- Diretriz 8**
Responsabilidade fiscal como pilar do desenvolvimento sustentável



Eixo-I

Eixo Social e Qualidade de Vida

Melhorar a oferta de serviços públicos que garantam avanços na qualidade de vida da população.

ACCELERAR AÇÕES PARA MELHORAR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Melhorar os resultados de aprendizado no Rio Grande do Sul precisa ser a principal prioridade do próximo governo, fazendo com que o Estado volte a ser referência nacional no tema. A educação deve ser compreendida em um sentido amplo, da primeira infância até a educação e oportunidades de treinamento para adultos.

A boa educação é um imperativo de ordem ética e é fator de aumento da produtividade na economia. O Rio Grande do Sul precisa recuperar a formação educacional da sua gente como um diferencial positivo em relação a outros Estados do Brasil.

CONVERTER O ESTADO EM UM POLO NACIONAL DE QUALIDADE NO ATENDIMENTO À SAÚDE

Porto Alegre já é polo de universidades e hospitais qualificados na área da saúde. O aprofundamento do desenvolvimento desse polo e em outras regiões do Estado não apenas melhora a qualidade de vida dos gaúchos como também atrai

novos investimentos e renda para o Estado. Além de atender sua população com dignidade e excelência, o Rio Grande do Sul pode ser um centro regional de atração de pessoas que busquem uma boa oferta de serviços de saúde.

COMBATER A POBREZA INFANTIL

O tema do combate à pobreza exige várias dimensões de enfrentamento. Certamente ao longo do tempo é o acesso a diferentes oportunidades de desenvolvimento humano que melhor gera resultados sustentáveis no combate à pobreza. Enquanto isso não ocorre, é inegável que o Estado brasileiro precisará continuar a ter programas de transferência de renda e benefícios de prestação continuada, que mitigam em parte o fenômeno da pobreza. No Brasil chama a atenção que o fenômeno da pobreza infantil supera proporcionalmente em muito o fenômeno da pobreza adulta e na velhice, públicos

para os quais há mais programas de assistência. A pobreza infantil, mais do que qualquer outra, além de um tema triste do ponto de vista ético, é a maior destruição da capital social que pode existir. Ela destrói por longo período de tempo, por vezes de forma irreversível, a capacidade de um indivíduo gerar valor para uma sociedade. Ainda que esse seja usualmente um tema de política pública nacional, acreditamos que haja espaço para uma política pública estadual multisetorial de redução ou mesmo erradicação da pobreza infantil.

Igualdade, Direitos Humanos, Assistência Social e Direitos Animais

CONQUISTAS

Todas as dimensões dos direitos e da cidadania foram contempladas no primeiro ciclo de governo, mesmo com o impacto da pandemia, que multiplicou necessidades, sobretudo no atendimento aos moradores em situação de rua. Com o projeto

PopRua RS, por exemplo, R\$ 6,5 milhões foram aplicados na distribuição de refeições, a partir de cinco espaços criados nas cidades de Porto Alegre, Caxias do Sul, Pelotas, Rio Grande e Santa Cruz do Sul, totalizando 73.710 pessoas atendidas e 339.980 refeições distribuídas.

Em linha com o compromisso de regularização das contas, os repasses para assistência aos municípios foram normalizados, elevando os recursos de R\$ 2,5 milhões em 2019 para R\$ 6 milhões em 2021. Em relação à

proteção da mulher, o Centro de Referência da Mulher Vânia Araújo Machado recebeu um investimento de R\$ 3 milhões para reforma e qualificação do espaço de acolhimento. Outros R\$ 5,14 milhões foram aplicados em Centros Municipais de Referência da Mulher, entre outras políticas específicas.

O respeito à diversidade teve como destaque a elaboração do Plano Estadual de Promoção de Igualdade Racial e Combate ao Racismo e a instituição da Rede Estadual de Proteção LGBTQIA+. Pessoas trans e indígenas passaram a contar com cotas em concursos no serviço público gaúcho. Com o programa **Melhores Amigos**, R\$ 13,6 milhões foram investidos em castração, campanhas e combate aos maus-tratos aos animais.

PRIORIDADES

- Atuar em parceria com os municípios para implementar um programa transversal de combate à pobreza infantil
- Ampliar ações para o desenvolvimento da primeira infância, por meio dos programas Programa Criança Feliz e Primeira Infância Melhor, com maior integração das estratégias de saúde, assistência social e educação dentro dos territórios
- Ampliar o acesso à água potável, à segurança alimentar e a materiais lúdicos e pedagógicos que favoreçam o desenvolvimento de crianças e adolescentes das comunidades indígena e quilombola
- Elaborar o Plano Estadual para a Juventude
- Concluir obras em 5 Centros da Juventude: Alvorada, Cruzeiro, Lomba do Pinheiro, Restinga e Rubem Berta
- Manter as bolsas para os Jovens Multiplicadores
- Buscar parceiros para a empregabilidade dos jovens atendidos pelos Centros da Juventude
- Entregar 3 novos Centros de Atendimento Socioeducativos (Case) (Osório, Santa Cruz e Viamão)
- Qualificar as estruturas e ampliar as atividades dos Centros da Juventude de acordo com o RS Seguro, buscando parcerias com municípios
- Criar programa integrado de acolhimento para moradores em situação de rua, focado no empoderamento econômico e no engajamento de comunidades, órgãos públicos e entidades
- Elaborar plano de moradia para a população em situação de rua

• Ampliar a rede de proteção da mulher por meio de casas abrigos regionalizadas

• Executar o projeto da Casa da Mulher Gaúcha no complexo onde vai ser instalado o Centro de Referência Vânia de Araújo Machado

• Ampliar a rede dos Centros Municipais de Referência da Mulher

• Ampliar os projetos do Comitê Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, a partir de iniciativa conjunta com os demais poderes, tornando-o um tema de Estado

• Criar casas abrigos para pessoas trans e transexuais vítimas de violência

• Desenvolver o Plano Estadual da Pessoa LGBTQIA+ a partir do Conselho LGBTQIA+

• Incentivar a criação de linhas específicas nos editais

de fomento como ação afirmativa de respeito à diversidade

• Desenvolver com os municípios, um plano para qualificar a acessibilidade em espaços e prédios públicos

• Ampliar e descentralizar o programa de controle populacional de animais domésticos

• Criar ações de combate aos maus-tratos, ao tráfico de animais silvestres e ao abandono de animais

Educação

A reorganização da carreira do magistério, que não era alterada desde 1974, deu início à transformação da educação gaúcha, garantindo mudanças que elevaram o patamar de remuneração dos professores. No primeiro ciclo de governo, um dos pontos altos da avaliação do desempenho foi a melhora do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2019. Com o **Aprende Mais**, 40 mil professores e supervisores foram capacitados para trabalhar na recomposição das aprendizagens, a partir de um inovador sistema de avaliação, o **Avaliar é TRI**.

Um dos mais expressivos investimentos da história, com R\$ 1,3 bilhão, prepara uma mudança no panorama da educação gaúcha. Em relação a equipamentos, houve a aquisição de chromebooks e laboratórios móveis de informática para as escolas, que deram seguimento aos esforços de acesso a ambientes

virtuais durante a pandemia. O espírito de inovação alcançou a gestão, com a escolha de coordenadores regionais a partir de critérios técnicos do **Qualifica RS**, e o financiamento do sistema, com o projeto **Educação no ICMS**, por meio do qual o desempenho em ensino passa a ser levado em conta na partilha do imposto estadual entre os municípios.

Com o projeto **Todo Jovem na Escola**, bolsas de R\$ 150 passaram a ser distribuídas para evitar a evasão do estudante do Ensino Médio. A ampliação da verba de merenda escolar, com o **Merenda Melhor**, e o reforço de R\$ 228 milhões para a autonomia financeira das escolas, proporcionado pelo **Agiliza Educação**, asseguram um ambiente escolar mais adequado à permanência dos alunos e à aprendizagem. O governo também definiu a implantação de 57 Escolas Padrão em todas as regiões do Estado.

PRIORIDADES

- Transformar a educação por meio da tecnologia e da inovação
- Apoiar os municípios na expansão das vagas para Educação Infantil via fortalecimento do Regime de Colaboração
- Fortalecer os programas Criança Feliz e Primeira Infância Melhor, com maior integração das estratégias de saúde, assistência social e educação dentro dos territórios
- Propiciar nas cidades médias e pequenas que as escolas poderão ter espaços e equipamentos compartilhados para aulas durante o dia e o desenvolvimento de atividades artísticas durante as noites e nos finais de semana – teatros, salas de música e espetáculos, salas de exposição, galerias de arte e fotografia, salas de vídeo, etc.
- Alfabetizar, em parceria com os municípios, os estudantes da rede pública do RS na idade certa, ao final do 2º ano do Ensino Fundamental
- Ampliar a oferta de escolas em tempo integral para os Anos Finais do Ensino Fundamental, com o fortalecimento da integração dos componentes curriculares por área de conhecimento, atividades extracurriculares e início da construção do projeto de vida do estudante de forma a promover a sua preparação para entrada no Ensino Médio
- Ampliar o número de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), com aumento do tempo de aprendizagem e oferta de trilhas de aprofundamento que promovam a formação integral do jovem, garantindo a sua preparação para o ingresso na universidade ou

no mundo do trabalho

- Manter o programa Todo Jovem na Escola com bolsa mensal para os alunos do Ensino Médio em situação de vulnerabilidade social
- Implementar um programa de inovação para os alunos no Ensino Médio no contraturno escolar e propiciar o uso da escola para os alunos e suas famílias, como um ambiente de tranquilidade, de prática de brincadeiras e esportes, de leitura e recreação, em parceria com instituições
- Ampliar as ações de Busca Ativa Escolar com estratégias regionalizadas em parceria com a rede proteção social
- Desenvolver um programa de aprendizagem e empreendedorismo para jovens a partir dos 14 anos
- Revisar e ampliar a oferta de cursos técnicos e de qualificação profissional, a partir das oportunidades e interesses regionais e de forma articulada com o setor produtivo e instituições de ensino superior
- Manter o Escolha Certa, com a ampliação das oportunidades para os jovens egressos do Ensino Médio por meio de novos cursos de qualificação de curta duração, programas de mentoria e primeiro emprego
- Ampliar o programa Merenda Melhor, com a oferta de duas refeições diárias, principalmente nas regiões de maior vulnerabilidade social
- Fortalecer e ampliar as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar (Cipaves), por meio do programa Cipave+
- Implementar programa de bolsas de estudo nas universidades comunitárias gaúchas para alunos de baixa renda, em cursos voltados para as vocações econômicas regionais
- Fortalecer o Aprende Mais, com a formação continuada dos professores, equipes pedagógicas e gestores, com suporte metodológico para a recomposição da

aprendizagem, além de bolsa-auxílio para os docentes em formação, oferta de formação continuada estruturada pelo Portal Educação RS, tendo como parâmetro as necessidades específicas dos professores

- Dar continuidade às avaliações diagnósticas universais (Avaliar é Tri) para apoio ao planejamento pedagógico do professor
- Realizar avaliação diagnóstica das redes municipais e estadual e adotar mecanismos de incentivo, como a premiação das escolas com os melhores resultados de aprendizagem e a distribuição do ICMS aos municípios
- Criar programa de valorização, reconhecimento e disseminação de boas práticas escolares, com premiação anual para os destaques
- Ampliar o programa das Escolas Padrão com a modernização de ambientes escolares

• Qualificar espaços escolares para a população indígena e quilombola

• Elaborar e implementar um plano de conservação e manutenção permanente dos prédios escolares

• Ampliar o programa Conecta RS, com oferta de wi-fi de alta velocidade, com expansão de rede de fibra ótica, para uso de estudantes e professores nas escolas

• Fortalecer os programas Agiliza RS e da Autonomia Financeira, com transparência, garantindo recursos à manutenção das escolas

• Reforçar os sistemas de gestão e monitoramento de políticas educacionais, apostando na integração, na transparência e na valorização de aspectos regionais

Saúde

O ponto de partida dos resultados alcançados pelas estratégias de Saúde no primeiro ciclo de governo foi a quitação da dívida herdada com municípios, fornecedores de medicamentos e hospitais, totalizando R\$ 1,12 bilhão. O restabelecimento da normalidade financeira assegurou as condições para que as ações de enfrentamento à Covid-19 se dessem com a rede pública de saúde em condições de suportar a demanda adicional.

Dos quatro anos do atual ciclo de governo, dois foram conduzidos sob as exigências da pandemia, consumindo energia administrativa. O Rio Grande do Sul foi referência nacional em gestão e no desenvolvimento de modelos científicos de monitoramento e ação sobre a doença, como o **Distanciamento**

Controlado e o **Sistema 3As**, além de obter destaque em rankings de transparência. No período mais crítico da doença, foram habilitados 1.598 leitos de UTI exclusivos para Covid-19. Sobretudo, transformou-se em um modelo de incorporação de evidências científicas na formulação na gestão de políticas públicas que deve seguir guiando os próximos governos. No momento em que foi possível vacinar, o Estado liderou os rankings nacionais de adesão e aplicação da vacina.

Uma série de programas públicos inovadores ampliou a oferta de serviços em todo o território gaúcho, agregando tecnologia e parâmetros técnicos. Com o **Assistir**, houve um reequilíbrio da distribuição de recursos aos hospitais. Com o **Te Acolhe**, foi criada uma rede de atendimento

a pessoas com Transtorno do Espectro Autista. Houve investimento em 102 hospitais – com destaque para o Hospital Regional de Santa Maria –, distribuição de recursos a 428 municípios por meio do programa Rede Bem Cuidar e de medicamentos a 446 prefeituras com o **Farmácia Cuidar Mais**, além do projeto da **Farmácia Digital**.

PRIORIDADES

- Monitorar e coordenar as ações e estratégias para avaliar as consequências da Covid-19
- Criar Centros de Vacinação nas maiores cidades
- Adotar monitoramento e avaliação dos serviços e do investimento público através da *value based health*
- Ampliar ações dos programas Programa Criança Feliz e Primeira Infância Melhor, com maior integração das estratégias de saúde, assistência social e educação dentro dos territórios
- Consolidar uma política transversal para atendimento de crianças e adolescentes em saúde mental
- Melhor distribuir os recursos financeiros dos Incentivos Estaduais alocados em Hospitais da Assistência SUS, com metodologia de aporte de recursos aos hospitais de

maneira padronizada, com critérios claros

- Criar programa de apoio aos hospitais de pequeno porte
- Unificar a contratualização do SUS para recursos municipais, estaduais e federais, por meio de instrumento contratual padronizado
- Disponibilizar plataforma pública com os contratos hospitalares feitos pela SES, com informações atualizadas do cumprimento do contrato pelo hospital com base nos dados oficiais de faturamento SUS
- Desenvolver sistema que permita o monitoramento e o controle do teto de Média e Alta Complexidade (MAC) estadual para subsidiar a tomada de decisão dos gestores na transferência e realocação de recursos não utilizados, bem como a

implantação da câmara de compensação

- Implementar um Programa de Telemedicina em diversas especialidades e levar o serviço aos presídios para ampliar a atenção à saúde dos detentos

- Criar plataforma estadual no qual os prestadores de serviços SUS terão que realizar o registro dos atendimentos dos pacientes

- Consolidar a Política de Atenção à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), incluindo o fornecimento de carteira de identidade específica (CIPTEA)

- Adotar política de cuidados para doenças degenerativas e demências

- Adotar política intersetorial sobre drogas, coordenando ações de saúde com assistência social

- Consolidar a Política do Idoso com criação de ambulatorios de referência por macrorregião, especializados em idosos,

- Aderir ao Pacto Nacional da Pessoa Idosa e mobilizar os municípios para que também façam a adesão

- Fomentar a criação de Conselhos Municipais do Idoso

- Ampliar as políticas transversais, com prioridade nos temas da atenção domiciliar, da capacitação de cuidadores, do enfrentamento à violência e da qualificação das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs)

- Criar uma rede de transmissão de informações por SMS ou plataformas como o WhatsApp para reforçar comportamentos e disseminar informações de saúde pública

Esporte e Lazer

CONQUISTAS

O panorama do Esporte no primeiro ciclo de governo teve a marca do incremento de recursos e da modernização dos mecanismos de fomento. O novo **Pró-Esporte RS** foi lançado com diretrizes de acesso mais claras, liberando R\$ 25 milhões em 2022, com 243 projetos de 36 modalidades em 93 municípios. O foco do desenvolvimento da área mesclou educação, paradesporto e idosos, sem descuidar do esporte de rendimento e do incentivo às práticas esportivas nas escolas e nas universidades. Foi apresentado o projeto

de lei para o **Plano Estadual do Esporte**, com metas e diretrizes visando o desenvolvimento e o fomento do esporte gaúcho nos próximos 10 anos, com foco em educação, saúde, lazer e rendimento. Um amplo programa de investimentos, com um total de R\$ 89,1 milhões, significou a aplicação do equivalente aos 18 anos anteriores, na construção, melhoria e reforma de espaços esportivos e distribuição de kits esportivos, além da iluminação de praças esportivas, com o **Ilumina Esporte**.

PRIORIDADES

- Ampliar os recursos para o Novo Pró-Esporte RS
- Implementar o Plano Estadual do Esporte
- Concluir obras e ampliar os programas de Infraestrutura Esportiva e Ilumina Mais
- Concluir as obras de qualificação no Centro Estadual de Treinamento Esportivo (Cete), em Porto Alegre

CONQUISTAS

Cultura

O sistema de fomento do **Pró-Cultura RS** foi reformulado, com regras que ampliaram o acesso aos recursos e diversificaram as formas de financiamento dos projetos culturais. A legislação ficou mais atrativa aos contribuintes, e o limite anual para a concessão de incentivos fiscais foi duplicado, chegando a R\$ 70 milhões em 2022. Investimentos diretos, por meio do **Fundo de Apoio à Cultura**, cresceram, resultando no lançamento do maior conjunto de editais públicos de estímulo à cultura, no valor total de R\$ 30 milhões em 2022.

A pandemia afetou o setor e exigiu a mobilização do governo, com o objetivo de fazer chegar os R\$ 74,4 milhões da **Lei Emergencial Aldir Blanc**, que descentralizou recursos para atendimento emergencial dos atingidos pelas restrições da pandemia. Um dos marcos da

atuação no primeiro ciclo de governo foi a organização do **Sistema Estadual de Cultura**, com o fortalecimento das instâncias de pactuação de políticas públicas com a sociedade, em especial o **Conselho Estadual de Cultura**. Um investimento de R\$ 111,5 milhões, superior ao realizado nos últimos 8 anos, garantiu a qualificação de 22 equipamentos culturais.

PRIORIDADES

- Incentivar a cultura e a arte na formação do ser humano e no cidadão
- Ampliação dos recursos disponibilizados pelo Sistema Pró-Cultura RS, buscando ampliar o limite anual da Lei de Incentivo à Cultura (LIC), implementando o financiamento parcialmente reembolsável e fortalecendo o Fundo de Apoio à Cultura (FAC)
- Incentivar a criação de linhas específicas nos editais de fomento como ação afirmativa de respeito à diversidade
- Executar os recursos da Lei Aldir Blanc II entre os anos de 2023 a 2027
- Implementar programa de incentivo à qualificação dos produtores da área cultural, fortalecendo e dinamizando a cadeia produtiva da cultura
- Incentivar a produção audiovisual, as áreas da música, do teatro e da dança
- Finalizar as obras do MAC, do Museu Julio de Castilhos e do Complexo Cultural Multipalco, além de garantir a qualificação dos equipamentos culturais, com aquisição de espaços, restauração de prédios e aquisição de equipamentos
- Incentivar a criação de pólos culturais e de produção de serviços na área das indústrias criativas
- Implantação de sistema eletrônico para que Estado e municípios possam gerenciar os investimentos realizados, aumentando a transparência e ampliando as informações sobre os resultados

Segurança

Por meio do **RS Seguro**, inteligência, integração e investimento qualificado transformaram a realidade da segurança pública do Rio Grande do Sul, com resultados históricos na redução da criminalidade. A partir de um planejamento, concursados foram chamados para recompor efetivos, a partir de um calendário escalonado ao longo do governo. O foco em gestão levou o Sistema de Gestão Estatística em Segurança Pública (GESeg) a ganhar o Prêmio Gartner Eyes on Innovation Awards de 2021, o maior reconhecimento de tecnologia aplicada à gestão pública do mundo.

As ações de redução da criminalidade alcançaram outras áreas, a partir de uma perspectiva transversal e de prevenção, por meio de parcerias com as secretarias da Cultura, da Educação e da Saúde, entre outras. Um novo sistema de

registro georreferenciado de ocorrências aperfeiçoou a capacidade de monitoramento da criminalidade, algo que também se alcançou por meio de um amplo investimento na estrutura de combate, como viaturas e equipamentos. Com o Comitê Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, o Estado desenvolveu uma resposta à violência de gênero, com o programa **Em Frente Mulher**.

A reposição responsável de efetivos, a partir de um calendário de chamamento e a realização de novos concursos, interrompeu a curva de aumento do déficit, inaugurando uma nova etapa para a segurança pública. Nesta nova realidade de ampliação da estrutura, um dos destaques foi a ampliação do número de Batalhões de Polícia de Choque, de três para seis, com a criação das unidades de Pelotas, Caxias do Sul e Uruguiana.

PRIORIDADES

- Transformar o RS Seguro em política permanente de Estado

- Aperfeiçoar a governança da estratégia de segurança pública com foco na prevenção em análises preditivas, com o objetivo de direcionar as políticas públicas para ações que dêem maior retorno social

- Priorizar políticas públicas que incidam sobre as principais variáveis que contribuem para a violência doméstica e a participação de jovens na criminalidade

- Ampliar os projetos do Comitê Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher

- Desenvolver políticas públicas na área da segurança pública a partir da territorialidade, com a identificação das áreas mais violentas e vulneráveis nos

municípios do RS Seguro e nas demais cidades, tomando-a como ponto de partida para a elaboração de estratégias transversais de prevenção

- Promover a interoperabilidade entre os sistemas das instituições que trabalham com o Sistema de Justiça Criminal

- Implantar as Regiões Integradas de Segurança Pública

- Aprimorar o Sistema de Gestão Estatística em Segurança Pública (Geseg)

- Ampliar e integrar os sistemas de monitoramento eletrônico nas cidades

- Repor efetivo, dando prosseguimento à política de reposição responsável de profissionais da segurança pública que reverteu a curva de

aumento do déficit nos últimos anos

- Garantir a existência de um prédio para a nova sede da Secretaria de Segurança Pública

- Concluir as obras programadas em sedes dos órgãos de segurança pública

- Combater o crime de abigeato

CONQUISTAS

Justiça, Sistema Penal e Socioeducativo

A criação de uma secretaria de Estado específica deu o norte da atuação do governo do Estado no tema. Um amplo programa de qualificação, aparelhamento e formação melhorou a capacidade de resposta do sistema penal e socioeducativo. Entre os destaques, a conclusão do **Núcleo de Gestão Estratégica do Sistema Prisional (Nugesp)**, um centro de triagem com 708 vagas para amenizar o problema com a custódia de presos.

Um expressivo ciclo de investimentos garantiu a modernização tecnológica (como, por exemplo,

a aquisição de drones, radares e scanners) e a ampliação da oferta de vagas no sistema já existente e também na construção de novos prédios. Em relação às penitenciárias, o projeto da nova Cadeia Pública de Porto Alegre, quando concluído, terá 1.856 vagas disponíveis onde antes existia um presídio condenado por condições desumanas. No sistema socioeducativo, a construção dos Centros da Juventude e dos Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) aperfeiçoou a prevenção e as estratégias de acolhimento.

PRIORIDADES

- Implantar estruturas como o Núcleo de Gestão Estratégica do Sistema Prisional (Nugesp) no interior, em parceria com órgãos como Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)
- Concluir 8 novas unidades para regime fechado: Cadeia Pública de Caxias do Sul, Cadeia Pública Masculina de Rio Grande, Cadeia Pública Masculina de São Borja, Penitenciária de Guaíba I, Cadeia Pública Feminina de Passo Fundo, Cadeia Pública de Alegrete, Cadeia Pública de Porto Alegre, Penitenciária de Charqueadas
- Concluir a ampliação e reforma do Presídio Regional de Passo Fundo e do Presídio Regional de Cachoeira do Sul
- Ampliar a oferta de vagas para o regime semiaberto
- Ampliar o processo de permuta ou dação para construção e reforma de penitenciárias
- Construir pavilhões de trabalho nos presídios e em parcerias de empresas
- Investir para que o sistema seja autossuficiente na produção de materiais de uso interno e para atender demandas externas
- Fortalecer as ações de saúde prisional com as Unidades Básicas de Saúde via Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP)
- Ampliar políticas de trabalho e educação para os detentos com estrutura adequada nas casas prisionais
- Entregar 3 novos Centros de Atendimento Socioeducativos (Case) (Osório, Santa Cruz e Viamão).



Eixo-II

Eixo Ambiental e Infraestrutura

Melhorar a base de infraestrutura do Estado, a partir de um modelo sustentável.

IMPLEMENTAR POLÍTICAS DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Há uma grande oportunidade para o Brasil: o mundo procura soluções para aumentar a geração de energia renovável. O Rio Grande do Sul pode ser um líder desse movimento e, consequentemente, da atração de novos investimentos nacionais e internacionais. Investimentos e acordos recentes nas

áreas de energia eólica e hidrogênio verde são exemplos que devem ser expandidos. É indispensável assumir compromissos como liderança política com a não expansão de fontes de energia poluentes

Meio Ambiente e Infraestrutura

AVANÇOS

Logo no primeiro ano do ciclo de governo 2019-2022, foi aprovado o **Novo Código Ambiental**, atualizando a legislação vigente no Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, o texto, aprovado depois de um amplo diálogo com a sociedade, promoveu segurança jurídica, por meio do alinhamento com as regras federais, e garantiu as bases para uma proteção ambiental. Entre as medidas de destaque do novo código estão a **Licença Ambiental por Compromisso (LAC)**, os avanços no Sistema Online de Licenciamento e a previsão legal do **Bioma Pampa**. Com as mudanças, o tempo médio de licenciamento caiu de 250 para 100 dias.

A estratégia de proteção ambiental gerou planos de ação territorial para espécies protegidas, tendo como resultado a recuperação de mais de 50 espécies nativas da fauna e flora dos biomas



Pampa e Mata Atlântica. Em relação às unidades de conservação, parques e hortos florestais, R\$ 16 milhões foram investidos em regularização fundiária, além da modelagem de concessão de áreas para turismo ecológico.

Em 2021, começou a ser desenhada a política estadual de enfrentamento das mudanças climáticas, fixando um arcabouço institucional para expressar compromissos do poder executivo, cujo ápice foi a assinatura do Race to Zero e a participação na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima em Glasgow (Escócia). Também foram iniciadas as tratativas, os entendimentos e o planejamento para tornar o Rio Grande do Sul uma referência global na produção de **Hidrogênio Verde**, consolidando a posição do Estado em energias limpas

Em eficiência energética, a aposta foi na diversificação da geração e no fortalecimento da distribuição e da transmissão, com ações de incentivo à geração e à utilização do biogás e do biometano. Um edital para projetos de biodigestores, por exemplo, recebeu subsídio para juros no valor de R\$ 50 milhões. O projeto **Energia Forte no Campo** financiou projetos de distribuição de energia em zonas produtivas rurais.

PRIORIDADES

- Atualizar instrumentos de mapeamento e monitoramento das sensibilidades ambientais
- Buscar a contínua desburocratização e atualização dos procedimentos licenciatórios
- Trabalhar pela inclusão dos municípios no Sistema Online de Licenciamento, integrando o processo de licenciamento
- Produzir inventário com balanço das emissões de gases do efeito estufa
- Desenvolver plano de transição energética
- Efetivar políticas capazes de viabilizar a criação do mercado de Hidrogênio Verde
- Inovar na agenda ambiental a partir do estímulo à produção de energias limpas, apostando no potencial eólico, solar e biomassa
- Incentivar a contratação de energia limpa para as estruturas administrativas do serviço público
- Lançar editais de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)
- Consolidar o Plano Estadual de Saneamento
- Auxiliar os municípios no cumprimento das metas do Marco Legal do Saneamento
- Oferecer a opção de regionalização do saneamento aos municípios, propondo modelos de organização, apoiando o financiamento de projetos
- Criar instrumentos de apoio, fomento, orientação, regulação e fiscalização em todas as fases da rede que trabalha com todos os tipos de resíduos sólidos urbanos, com incentivos e diretrizes de economia circular



- Adotar programa permanente de suficiência hídrica com ações transversais de curto, médio e longo prazos, envolvendo construção de açudes, cadastramentos de poços, emissão de boletins de estiagem, gerenciamento de risco, construção de barragens e canais de interligação, com foco no consumo humano, na produção de alimentos e com respeito à sustentabilidade, a partir do uso da tecnologia e de referências internacionais

- Ampliar projetos de educação ambiental, tendo como um dos focos a educação para o consumo consciente de água

- Valorizar ativos ambientais, a partir da certificação e da regulamentação do mercado de créditos de carbono

- Qualificar os mecanismos de fiscalização contra queimadas

AVANÇOS

A qualidade da relação com os municípios marcou o primeiro ciclo de governo, seja por conta da regularização dos pagamentos às prefeituras, pela parceria durante o enfrentamento à pandemia de Covid-19 e pelos convênios decorrentes dos investimentos públicos realizados. Com o **Pavimenta RS**, por exemplo, 409 municípios receberam recursos para investir em infraestrutura urbana.

Iniciou-se um movimento de planejamento territorial, a partir da atualização dos planos estratégicos de desenvolvimento regional e equilíbrio, em parceria com os Coredes. Um estudo propositivo de política urbana e metropolitana complementou o esforço para modernizar a estratégia de desenvolvimento metropolitano, fundamental

em um contexto de valorização das cidades e dos aglomerados urbanos.

Desenvolvimento Regional e o Equilíbrio Territorial

PRIORIDADES

- Reforçar estrutura para a governança regional e restabelecer o planejamento urbano e territorial
- Repensar o Estado a partir da organização da sua rede de atuação, estimulando a intersectorialidade de suas políticas, com foco no desenvolvimento das regiões e nas necessidades do cidadão
- Incentivar os municípios e suas populações a participarem da formulação da política de desenvolvimento regional
- Mobilizar os atores locais para o desenvolvimento, considerando as redes territoriais
- Estimular o adensamento dos serviços nas cidades de médio porte para contribuir na desconcentração do território, arrefecendo as migrações
- Apoiar as transformações econômicas regionais para estimular a desconcentração e a diversificação das atividades econômicas
- Orientar os investimentos públicos em consonância com as leituras territoriais observadas
- Implementar planejamento metropolitano e das aglomerações urbanas
- Realizar plano de Desenvolvimento Urbano Integrado
- Apoiar a modernização da gestão pública dos municípios
- Disponibilizar informações, apoio técnico e banco de projetos aos municípios para a captação de recursos estaduais, nacionais e internacionais
- Apoiar os municípios para a implementação de soluções para as funções públicas de interesse comum

AVANÇOS

Habitação

Nos últimos anos, o Rio Grande do Sul voltou a contar com uma política habitacional de âmbito estadual, por conta da retomada do investimento público no setor. O programa **Regulariza RS** deu segurança jurídica à posse e moradia digna a 600 famílias. Foram feitos levantamentos topográficos e laudos ambientais com o objetivo de regularizar 10 áreas, assim como 722 famílias retiradas das margens da ERS-118 foram beneficiadas com indenizações que

alcançaram os R\$ 57,8 milhões. Além da entrega de unidades habitacionais contratadas em exercícios anteriores, o investimento previsto de R\$ 126,1 milhões, o maior dos últimos 20 anos, garantirá repasse de recursos para que municípios e cooperativas habitacionais construam casas. Dentro do pacote, o projeto **Nenhuma Casa sem Banheiro** previu a aplicação de R\$ 12 milhões para dotar residências de equipamentos sanitários.

PRIORIDADES

- Elaborar plano de moradia para a população em situação de rua
- Ampliar o programa A Casa é Sua de produção habitacional, em parceria com os municípios
- Ampliar o programa Nenhuma Casa sem Banheiro
- Modernizar o Plano Estadual de Habitação e o Fundo Estadual de Habitação
- Fomentar práticas inovadoras e startups que tenham como finalidade o desenvolvimento de sistemas construtivos para soluções e melhorias habitacionais
- Mapear imóveis estaduais passíveis de regularização fundiária
- Estabelecer a cooperação entre o governo do Estado, o Poder Judiciária, e representantes dos Registros de Imóveis para implementar a política de regularização fundiária estadual
- Organizar a cooperação com os municípios para promover a regularização em áreas estaduais
- Reorganizar a estrutura da governança habitacional estadual com a inclusão da Habitação, Regularização Fundiária, Departamento de Terras (terras devolutas) em um mesmo órgão



Eixo-III

Eixo Econômico

Acelerar o desenvolvimento econômico sustentável do Estado.

APOIO AO AGRONEGÓCIO E ENFRENTAMENTO DOS CICLOS DE SECA

É reconhecida a pujança do agronegócio gaúcho. Cabe ao Estado apoiar com os seus instrumentos disponíveis a cadeia do agronegócio. Nesse aspecto, chama a atenção o principal evento recorrente que ao longo das últimas décadas tira renda da economia gaúcha: as secas. É sabido que soluções como a

irrigação em maior escala esbarram em restrições como custos e entraves legais. É preciso uma compreensão mais ampla sobre como enfrentar essas restrições dentro de um modelo sustentável para o agronegócio, superando o fenômeno de escassez de água, como outros países do mundo já conseguiram fazer.

ESTIMULAR O DESENVOLVIMENTO DE ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO PÚBLICO-PRIVADOS

O desenvolvimento recente de ecossistemas de inovação em cidades como Porto Alegre, Caxias, Passo Fundo e Pelotas, apontam um caminho promissor para o Estado. A união de esforços entre o sistema público, privado e universidades pode fazer do RS uma referência nacional e internacional

para atração de pessoas e empresas que precisam apostar na capacidade de inovação e no aumento de produtividade. O setor público pode ter um importante papel por meio de mecanismos de crédito e coordenação de esforços entre diferentes atores da sociedade.

Inovação

AVANÇOS

Um leque amplo de ações elevou o tema da inovação ao centro da gestão pública gaúcha e abriu caminho promissor para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Com o **Inova RS**, o governo do Estado articulou e descentralizou a promoção dos ecossistemas de inovação em todo o território gaúcho. A estratégia de apoio foi complementada por inúmeras parcerias, com programas de resultados efetivos, como o **Techfuturo**, **o Pesquisador Gaúcho**, **o Doutor Empreendedor** e o edital de subvenção **Tecnova2**.

A criação de um ambiente propício à inovação também foi o motivo do projeto **Conecta RS**, que conectou 128 escolas com alta velocidade de internet, além de programas como **o Startup Lab**, **o GameRS** e o produtos Premium, por meio do qual se buscou agregar valor à base

econômica do Estado. A **Lei Gaúcha de Inovação** e a requalificação da Uergs, por meio do projeto **Uergs+20**, reforçaram a base para um ciclo de desenvolvimento focado na inovação.

A realização da primeira edição do **South Summit Brasil** em Porto Alegre e os investimentos de R\$ 112,3 milhões no setor atestam que o Rio Grande do Sul entrou definitivamente no mapa, tornando-se referência global em ecossistemas de inovação.

PRIORIDADES

- Consolidar a Rede RS Startup, lançada em 2022, que visa tornar o Rio Grande do Sul líder nacional na criação, desenvolvimento e atração de startups

- Gerar maior acesso a capital de risco aos empreendedores

- Facilitar o acesso a mercados e à internacionalização das startups

- Propor políticas afirmativas quanto à inclusão digital

- Fortalecer o ecossistema de empreendedorismo e inovação para o agronegócio, como, por exemplo, na agricultura de precisão, para mitigar os efeitos das mudanças climáticas (especialmente estiagens), aumentar a produtividade e adicionar maior valor agregado à produção

- Transformar o Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio, em um dos maiores parques de Tecnologia, Inovação e Empreendedorismo do Agronegócio no Brasil

- Financiar pesquisas que contribuam para o desenvolvimento tecnológico e a redução de custos ligados aos sistemas energéticos renováveis e alternativos, com foco em tecnologias aplicáveis à cadeia do hidrogênio verde

- Conectar a inovação e a tecnologia no ensino, especialmente na educação básica

- Criar programa de fortalecimento de edtechs (startups de tecnologia em educação), por meio de fomento e incentivo às startups que desenvolvam

soluções tecnológicas que impactem significativamente na inclusão e qualidade da educação da rede pública estadual

- Fortalecer o Estado como centro inovador de soluções em saúde, gerando emprego e atratividade de movimentação econômica

- Fomentar cidades digitais e empreendedoras

- Desenvolver programas de cidades como living labs, elevando os níveis de digitalização dos serviços ao cidadão, trabalhando para melhorar a conectividade por meio da tecnologia 5G e transformando-as em ecossistemas de empreendedorismo e inovação

- Promover o Programa Inova RS 4.0, cujo objetivo

é fortalecer o adensamento tecnológico das regiões em suas vocações econômicas

- Criar programa de formação e atração de talentos para o empreendedorismo e a inovação

Agronegócio

Setor crucial da economia do Rio Grande do Sul, o setor primeiro acumulou nos últimos anos resultados expressivos, por conta da produtividade e do acesso a mercados, e oscilações de desempenho em função de duas estiagens. Um dos marcos do período, no entanto, foi o êxito na certificação do Estado como **zona livre de febre aftosa sem vacinação**, com potencial de abertura de 70% dos mercados até então fechados à carne gaúcha.

Com o **Novo Código Ambiental**, avanços importantes proporcionaram segurança jurídica e base legal mais desburocratizada, incentivando as atividades produtivas no campo, entre elas a previsão legal de proteção do bioma Pampa e a revisão do Mapa Hídrico do RS. O poder público também enfrentou de maneira propositiva e dialogada os regramentos necessários

para o uso e redução de deriva do herbicida 2,4-D

No tocante à agricultura familiar, destaque ao programa **Bolsa Juventude Rural**, que mantém jovens na escola durante o Ensino Médio, e ao incentivo à implantação de projetos produtivos nas propriedades rurais familiares. O novo regime de contratação da Emater qualificou o atendimento de 250 mil famílias em 497 municípios gaúchos, a partir de ações de extensão rural que garantem capilaridade às políticas públicas.

Três edições bastante distintas da Expointer foram realizadas, duas delas marcadas pelas restrições da pandemia, mas sem perder o compromisso com a inovação e com o estímulo aos negócios. Em 2019, houve a maior participação da história na feira, com movimentação de R\$ 2,7

PRIORIDADES

bilhões, um aumento de 17,37% em comparação a 2018. Em 2020, foi realizada uma edição digital, sendo em 2021 retomada a presença física, em um formato híbrido, sempre com o compromisso da inovação.

De todos os temas ligados ao setor, o mais urgente é o combate aos efeitos da estiagem. Foram construídos 2.277 açudes em propriedades de agricultura familiar entre

2019 e 2021 e seguiram as obras das barragens Jaguari e Taquarembó, entre muitas outras medidas de intervenção direta, compensação e apoio técnico. No pacote de investimentos apresentado para o setor, o programa **Irriga + RS** prevê a destinação de R\$ 173 milhões em inúmeros projetos com o intuito de mitigar os efeitos nocivos cíclicos da estiagem sobre a produção gaúcha.

- Dar continuidade ao cumprimento dos protocolos estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde Animal, com investimento em inspetorias e escritórios, visando manter o estado como zona livre de febre aftosa

- Desburocratizar e modernizar a pauta legal ligada ao agronegócio, como a regulamentação do Bioma Pampa, a consolidação da legislação dos Campos de Altitude e a regulamentação no Consema dos novos prazos de validade das licenças ambientais, bem como de diretrizes para irrigação

- Facilitar a criação de agroindústrias nas regiões produtoras

- Articular a consolidação do Programa Duas Safras

- Consolidar no RS o Plano ABC+, contribuindo para uma

agricultura de baixa emissão de gases do efeito estufa

- Apoiar a agricultura familiar, com ampliação de investimentos, capacitação focada no aumento da produtividade e uso sustentável de recursos e energia renovável

- Apoiar a estruturação de cooperativas e arranjos produtivos locais (APL) para pequenos e médios produtores

- Aumentar a conectividade digital no campo

- Ampliar o programa Energia Forte no Campo

- Qualificar e ampliar os projetos de crédito para reservar água, gerar energia solar e produzir biogás nas propriedades

- Ampliar a assistência da Emater aos produtores

- Fomentar o uso de tecnologias e inovação em agricultura de precisão, mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, aumento da produtividade e adição de valor à produção

- Concluir as obras de microaçudes, poços artesianos e cisternas previstas no Irriga+ RS, ampliando o programa

- Dar continuidade ao programa de subvenção para projetos de irrigação financiados por bancos públicos e privados

- Concluir as barragens Jaguarí e Taquarembó e respectivos canais de irrigação

- Modernizar a Política Estadual de Recursos Hídricos

Indústria, Comércio e Serviços

Melhorar o ambiente de negócios, incentivar setores econômicos já instalados e atrair novos empreendimentos compuseram o cerne da atuação do governo no primeiro ciclo de governo. De todas as medidas, a mais impactante foi a redução das alíquotas majoradas de ICMS, a mudança no Simples Gaúcho e a extinção do Diferencial de Alíquota (Difal) para compras interestaduais. Um conjunto de medidas fiscais e tributárias, conduzidas no interior das ações do programa Receita 2030, proporcionou a melhoria do ambiente para a realização de negócios, atendendo às demandas dos setores econômicos.

O **Descomplica RS** e o **Tudo Fácil Empresas** ajudaram a simplificar e agilizar o contexto para abertura e operação de empresas, assim como o **Novo Fundopem**, que reduziu em 40% o tempo para a concessão do incentivo

fiscal. Além de estimular empreendimentos de pequeno e médio porte, a nova postura do Rio Grande do Sul também alavancou a chegada de novos projetos de investimento de grande porte, seja na expansão de operações já instaladas, na chegada de indústrias que complementam a cadeia produtiva gaúcha ou em negócios logísticos, entre outros.

O aperfeiçoamento legal fortaleceu as bases para o desenvolvimento em diversos setores, como o Pró-Etanol, o Marco Legal do Gás, a Lei da Inovação, a nova tributação do aço, o regramento do e-commerce e o diferimento do ICMS do milho. O programa **Juro Zero** integrou um pacote de R\$ 100 milhões de investimentos no desenvolvimento, subsidiando juros, com recursos próprios, financiamentos com os bancos parceiros, em projetos que totalizaram R\$ 390 milhões injetados na economia gaúcha.

PRIORIDADES

- Fortalecer mecanismo de promoção de investimentos na economia gaúcha e de geração de empregos
- Intensificar a atração de investimentos e a geração de empregos por meio da operação e aperfeiçoamento constante do Fundopem
- Promover parcerias para acelerar os investimentos em infraestrutura para apoio ao desenvolvimento econômico
- Incentivar políticas de incremento de produtividade da indústria
- Dialogar com o setor produtivo para melhorar a competitividade, incluindo a retirada de novos produtos da modalidade de Substituição Tributária do ICMS
- Ampliar a matriz econômica gaúcha, incentivando o crescimento do setor de serviços e das indústrias criativas
- Qualificação e estruturação da cadeia produtiva das indústrias criativas para fortalecer este mercado e oferecer uma nova frente de geração de emprego e distribuição de renda
- Elaborar uma Política Integrada de Desenvolvimento, que atue de forma transversal, agrupando políticas e programas de órgãos
- Estimular o desenvolvimento do artesanato mediante o apoio à organização, o aprimoramento das técnicas de produção, a comercialização e o resgate cultural de atividade artesanal
- Formar parceria com entidades empresariais para criar estratégia de promoção de investimentos e captação de novos negócios, prospectando mercados e oportunidades
- Estimular políticas de promoção dos produtos e serviços gaúchos em mercados nacionais e globais, com foco na ampliação do valor agregado
- Fortalecer os mecanismos de parceria público-privada como estratégia de aceleração da capacidade de investimentos em infraestruturas estratégicas para o desenvolvimento do Estado

Turismo

Proporcionar condições para o protagonismo do turismo caracterizou a política do setor entre 2019 e 2022, a partir do aumento do nível de investimento direto em áreas turísticas e da parceria com as prefeituras com o intuito de estimular roteiros, destinos e fluxo de pessoas por várias regiões do Estado. Um exemplo foi o lançamento do Portal Viva o RS, com a divulgação de experiências e rotas para os turistas desbravarem o Rio Grande do Sul.

Com o Mapa de Comportamento do Turista, os setores público e privado passaram a poder analisar tecnicamente as necessidades sob a ótica da demanda dos turistas, entendendo as suas motivações. A partir da criação do Observatório do Turismo, foi possível fazer a mensuração econômica da atividade do turismo de forma a demonstrar a relevância do setor. A reformulação do

Plano Estadual de Turismo, que havia sido atualizado pela última vez em 2012, completou o esforço de planejamento.

Do ponto de vista dos investimentos, R\$ 198,6 milhões foram previstos, para qualificar a infraestrutura de Turismo, sendo R\$ 65,9 milhões para promoção do turismo com a instalação de parques, revitalização, proteção ambiental, recuperação de espaços esportivos e culturais, melhoria na infraestrutura e qualificação da informação nos espaços públicos.

PRIORIDADES

- Valorizar os modelos turísticos consagrados nas cidades que compõem os roteiros Hortênsias e Serra, fortalecendo-os e usando-os como referência para desenvolver novos destinos no Estado

- Promover a integração turística entre os municípios, com foco na regionalização

- Unificar as plataformas de promoção do turismo, auxiliando regiões na estruturação de agendas integradas de eventos

- Atualizar periodicamente as metodologias de mensuração dos resultados da economia turística

- Investir na promoção do turismo interno, com estruturação de sinalização e promoção turística de forma integrada, conectando, informando e promovendo as 27 regiões turísticas

- Fomentar as tendências internacionais de turismo,

utilizando a tecnologia para promover experiências (tours virtuais)

- Promover o turismo sustentável, através da prática de ESG

- Mapear e incentivar as práticas de turismo inclusivo

- Qualificar os Centros de Atendimento ao Turista

- Promover voos regionais e qualificar infraestrutura logística de suporte ao funcionamento de aeroportos em destinos turísticos

- Ampliar mecanismos de estímulo ao empreendedorismo turístico

- Ampliar o investimento público em infraestrutura turística, qualificando equipamentos e roteiros, em parceria com os municípios

- Potencializar parcerias público-privadas com municípios, mapeando áreas e equipamentos para

modelagem de operação, visando a qualificação dos espaços turísticos

- Apoiar a captação e estimular o turismo de eventos, congressos, feiras e eventos esportivos

- Promover a formação de capital social e capital humano voltado ao turismo, implementando conteúdo de turismo no Ensino Fundamental e no Ensino Médio

- Incentivar o aumento da oferta de cursos técnicos e bacharelados no setor de turismo, gastronomia, hotelaria e atendimento ao público

- Ampliar a comunicação e a promoção do Estado como destino turístico e polo de desenvolvimento regional

Parcerias

Um amplo programa de parcerias e privatizações consolidou o ambiente de modernização do Rio Grande do Sul, abrindo perspectivas sustentáveis para um ciclo de desenvolvimento de longo prazo. No primeiro ciclo de governo, houve a concessão da RSC-287, importante via de ligação na região central do Estado, e do Bloco 3, formado por estradas usadas por 12,6% da população, na Serra gaúcha.

O programa **RS Parcerias** inclui uma diversidade de ativos, como o Zoológico de Sapucaia do Sul e a Rodoviária de Porto Alegre, ambos em reavaliação, o Presídio de Erechim, cujo

lançamento do edital está previsto para o terceiro trimestre de 2022, e o Cais Mauá, com edital em elaboração, entre outros. Dois importantes aeroportos regionais, em Passo Fundo e Santo Ângelo, também terão editais lançados em 2022.

Em relação às privatizações, o Rio Grande do Sul implementou um dos mais ousados programas entre os Estados brasileiros, com a venda do controle dos três braços da CEEE e da Sulgás. A Corsan também tem previsão de privatização em 2022, preparando a companhia para dar conta das exigências do Marco Legal do Saneamento.

PRIORIDADES

- Dar continuidade ao programa estadual de concessões e parcerias público-privadas
- Incentivar os municípios a desenvolver programas próprios de concessões e parcerias público-privadas, oferecendo suporte técnico e financiando estudos
- Modelar e realizar o projeto dos ativos imobiliários do governo do Estado

Logística e Transportes

AVANÇOS

Uma verdadeira revolução de investimentos em infraestrutura de logística converteu o Rio Grande do Sul em um canteiro de obras, em todos os modais de transporte. Uma transformação profunda, por exemplo, ocorreu no modal rodoviário, por conta do R\$ 1,6 bilhão do **Plano de Obras**, aplicados em estradas de todas as regiões, proporcionando mais segurança, qualidade de vida e ganhos de competitividade.

Em relação a rodovias, além da conclusão histórica da ERS-118, depois de décadas de espera, houve a redução do número de cidades sem acesso asfáltico (de 62 para 19 até o final de 2022). Também foram concretizados investimentos em ligações regionais e conservação e recuperação de rodovias, recuperação de rodovias estaduais pavimentadas (4.112 km em 184 obras), intervenções em

estradas vicinais e convênio para pavimentação de rodovias estaduais.

A sequência de investimentos proporcionada pelo **Pavimenta** resultou na qualificação da infraestrutura urbana dos municípios, intensificando a parceria com as cidades que é marca deste governo. Foram R\$ 380 milhões destinados em convênios com as prefeituras, com 409 municípios beneficiados, garantindo a execução de intervenções estratégicas nas cidades.

O programa de concessão de rodovias estaduais, com o leilão de um dos blocos já realizado e, prevê investimentos de R\$ 11,96 bilhões nos próximos 30 anos, redesenhando a infraestrutura viária em regiões que concentram boa parte da população gaúcha. Ao final do processo, 70% dos 1.131 quilômetros

PRIORIDADES

concedidos serão compostos por pista dupla.

Em relação ao modal hidroviário, a dragagem do canal de acesso ao Porto de Rio Grande permitirá o acesso de navios com até 366 metros de comprimento, aumentando a competitividade dos produtos gaúchos no mercado internacional. Os portos do Estado (Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre) entram em uma nova era marcada por um modelo de gestão mais profissional, sob a coordenação da Portos RS.

A transformação no modal aeroviário também foi expressiva, sobretudo por conta das novas linhas aéreas, tornando o Rio Grande do Sul o Estado com maior número de conexões aéreas de cidades com a capital e com Guarulhos e, a partir do aeroporto paulista, com o mundo. Entregue em abril de 2022, o novo aeroporto de Passo Fundo poderá receber 300 mil passageiros por ano, transformando-se no segundo maior do Estado.

- Manter política de investimentos e manutenção em acessos municipais, ligações regionais e demais rodovias

- Colocar em execução obras de pavimentação para todos os municípios sem acesso asfáltico

- Avaliar modelos de concessão de novos lotes de rodovias

- Implementar um Plano de Mobilidade Urbana Sustentável incentivando o uso de energia limpa e reestruturar o modelo de concessão de linhas de transporte metropolitano e intermunicipal

- Fomentar o Rio Grande Porto Indústria, maior distrito industrial do Estado

- Trabalhar pela criação de uma rede de terminais hidroviários interiores, preferencialmente intermodal

- Realizar gestão portuária por resultados

- Manter e expandir programas de incentivo para novas linhas aéreas, tanto nacionais, como internacionais

- Incentivar o uso de transporte aeroviário de cargas, principalmente para cargas de alto valor agregado, produtos perecíveis e mercadorias que necessitem de agilidade na entrega ou recebimento

- Elaborar estudos sobre a necessidade de investimentos para o desenvolvimento do transporte ferroviário

- Realizar ações junto ao governo federal com o intuito de garantir a qualificação e expansão da infraestrutura de transporte ferroviário e recursos para a construção da Ferrovia Norte Sul



Eixo-IV

Eixo Gestão

A modernização da gestão pública é garantia de eficiência na administração público, é pressuposto da oferta de serviços com qualidade para a população.

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

Décadas de crise fiscal produziram uma disfuncionalidade na máquina pública gaúcha: muito capital humano concentrado na gestão financeira do dia a dia e pouco capital humano para a elaboração e execução de projetos. À medida que o Estado consolida a sua trajetória de equilíbrio orçamentário, é preciso desenvolver mais habilidades modernas de

gestão em frentes como a educação, saúde, segurança, cultura, desenho de parcerias público-privadas e atração de investimentos. Iniciativas como o desenvolvimento de carreiras transversais de gestores públicos são importantes para que o setor público gaúcho ganhe em inteligência e capacidade de execução em diferentes frentes.

Modernização Administrativa e Legal

O primeiro ciclo de governo foi conduzido a partir da elaboração de um planejamento estratégico, que se desdobrou na implementação de um sistema para monitoramento e acompanhamento de resultados, qualificando o processo de tomada de decisão e implementação dos compromissos assumidos com a vitória na eleição de 2018.

A modernização legal, a partir da simplificação da legislação e de procedimentos uniformes e bem definidos, trouxe maior segurança jurídica, eficiência e transparência, não só à administração pública, mas também ao ambiente de negócios. Mais de 1.200 decretos foram revogados, além de outros 18 mil eliminados.

A modernização administrativa não ficou restrita ao aperfeiçoamento

do sistema de gestão dos ativos e das compras públicas, também alcançou a política de gestão de pessoas. O **Qualifica RS**, um programa inédito, selecionou profissionais para posições estratégicas a partir de critérios técnicos. Com o intuito de recompor a capacidade de prestação de serviços, mais de 2 mil novos servidores foram chamados para recompor diversas carreiras.

O compromisso de modernização também contemplou a relação com a população. Além da regularização de R\$ 74 milhões em demandas de exercícios anteriores, uma nova **Consulta Popular** foi apresentada em 2021, com R\$ 30 milhões decididos por um processo 100% digital, por meio do aplicativo Colab. O **Tudo Fácil** expandiu com novas unidades físicas no Interior, descentralizando o atendimento.

PRIORIDADES

- Fortalecer os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na elaboração da estratégia do governo
- Implementar instrumentos de avaliação baseados em resultados (PBR) e de promoção e acompanhamento de agenda ESG nas políticas públicas
- Dar continuidade à reorganização das estruturas regionais
- Evoluir na gestão e na governança de obras estratégicas
- Estruturar um escritório de projetos com capacidade de atender de forma transversal e territorial às obras estratégicas do Estado
- Estimular a organização de um portfólio de projetos estratégicos de obras para oferecer à captação de recursos
- Consolidar a implantação do sistema de Gestão de Compras, do Portal do Fornecedor e do sistema de Gestão de Contratos Públicos
- Promover o uso de itens sustentáveis em compras públicas
- Promover ajustes na estrutura administrativa com o intuito de dar conta de novos compromissos e de desafios de desenvolvimento sustentável
- Estruturar núcleo operacional transversal para acompanhar e monitorar os investimentos das concessões e das PPPs pelo Estado
- Manter política de igualdade de oportunidades para ingresso no serviço público
- Fortalecer o Programa Envolver, a fim de melhorar o clima organizacional entre os servidores, desenvolver competências, com mais produtividade e eficiências nos resultados
- Criar o portal de imóveis do Estado, visando dar transparência e otimizar a gestão
- Ampliar o número de unidades do Tudo Fácil no interior e modernizar as de Porto Alegre (Zona Sul e Centro), além de implantar uma unidade no Centro Administrativo Fernando Ferrari

AVANÇOS

Governo Digital

A principal conquista em digitalização do governo foi o lançamento do portal **rs.gov.br**, que passou a centralizar os serviços do Estado, com resultados significativos. Foram mapeados, por exemplo, 100% dos serviços digitais, com cartas de serviço atualizadas. Dos 702 serviços mapeados, 93% são digitais e 77% totalmente digitais.

O Rio Grande do Sul assumiu um protagonismo na transformação digital, recebendo reconhecimentos, como o primeiro lugar no ranking nacional Índice de Oferta de Serviços Digitais 2021 e 2022, o Prêmio Excelência em Governo Eletrônico (e-Gov) 2021.

PRIORIDADES

- Implementar totens de autosserviço junto às unidades de atendimento Tudo Fácil e em municípios parceiros
- Fortalecer mecanismos de estímulo à inclusão digital, tanto de acesso, como de orientação e capacitação
- Ampliar esforços de simplificação e desburocratização de serviços digitais para cidadãos e empreendedores
- Promover ações de apoio aos municípios para a digitalização de serviços
- Desenvolver programas de cidades como living labs, elevando os níveis de digitalização dos serviços ao cidadão, trabalhando para melhorar a conectividade por meio da tecnologia 5G e transformando-as em ecossistemas de empreendedorismo e de inovação



Eixo-V

Eixo Fiscal

Manter o compromisso de rigor fiscal como mecanismo de equalização dos desafios do presente é fundamento para um novo ciclo de desenvolvimento econômico e social.

DIRETRIZ 08

Mais do que uma obrigação legal ou de gestão, a responsabilidade fiscal é um pilar de desenvolvimento sustentável. Manter as contas em dia garante a capacidade de o Estado cumprir com suas obrigações, confere previsibilidade a fornecedores e parceiros e abre caminho para a realização de investimentos públicos capazes de gerar resultados de longo prazo.

Contar com um Estado equilibrado fiscalmente também proporciona ganhos de competitividade que podem ser compartilhados com a sociedade, melhorando a capacidade de geração de riqueza que retroalimenta o setor público e financia atividades de interesse coletivo e social.

Gestão Fiscal

A adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) é uma conquista da população gaúcha, a partir da qual o Rio Grande do Sul encontrou uma caminho por onde sair da crise fiscal que o assola há décadas. Homologada em junho de 2022, a adesão foi resultado de uma estratégia de gestão, lastreada por reformas e gestão fiscal, capaz de gerar as condições para que o Estado permaneça em situação de equilíbrio financeiro sustentável.

São diversos os marcos fiscais do primeiro ciclo de governo: a volta do pagamento dos salários em dia do funcionalismo depois de 57 meses; a regularização dos pagamentos de fornecedores e de restos a pagar, cujos atrasados eram superiores a R\$ 1,5 bilhão; a implementação do Teto de Gastos; a obtenção de superávits

orçamentários em 2021 e 2022 (até junho), primeiros resultados positivos desde 2009; a redução de mais de R\$ 6 bilhões nas dívidas do Tesouro junto às demais fontes orçamentárias, como o dívida do Caixa Único; a estruturação de um inédito plano de quitação de precatórios até 2029.

A trajetória até o equilíbrio exigiu a reorganização do fluxo de caixa e a realização de profundas reformas administrativa e previdenciária, o **Reforma RS**, cujo alcance é reconhecido nacionalmente. Para se ter um exemplo, apenas o déficit previdenciário anual foi reduzido em mais de R\$ 3 bilhões desde 2020. Em relação às privatizações, quatro empresas (CEEE-D, CEEE-T, CEEE-G e Sulgas) mobilizaram receita em suas vendas da ordem de R\$ 4,6 bilhões, por meio de leilões, integralmente direcionados

PRIORIDADES

para novos investimentos públicos.

O novo cenário fiscal permitiu inclusive a redução responsável da carga tributária, com o fim das alíquotas majoradas de ICMS, além da redução de impostos para as empresas, com a extinção parcial do Diferencial de Alíquotas (Difal) para produtos sem similar local.

Em meio a este cenário e a uma nova realidade de transparência e governança, inclusive para os benefícios fiscais, o governo do Estado também implementou uma ação de justiça tributária, com o programa **Devolve ICMS**, iniciativa inédita de devolução do ICMS a cerca de 500 mil famílias gaúchas inscritas no Cadúnico, com cerca de R\$ 130 milhões já distribuídos desde 2021. Outra inovação foi o **Receita Certa**, premiando todos os

cidadãos com notas emitidas com CPF identificado na Nota Gaúcha, dividindo com a população o crescimento da receita do imposto no varejo, em uma modalidade *cashback*.

Foi a gestão fiscal responsável que viabilizou R\$ 6,8 bilhões em investimentos público, integralmente sustentado com recursos próprios oriundos das privatizações e das economias próprias do Tesouro.

- Manter o equilíbrio fiscal e o cumprimento do Plano de Recuperação Fiscal, garantindo a sustentabilidade financeira de longo prazo do Estado

- Manter a pontualidade dos pagamentos a servidores e fornecedores

- Implementar o plano de quitação de precatórios

- Participar da negociação por uma reforma tributária nacional que permita a extinção do ICMS e sua substituição por um imposto de valor agregado, em moldes internacionalmente recomendados

- Dialogar com o setor produtivo para melhorar a

competitividade, incluindo a retirada de novos produtos da modalidade de Substituição Tributária do ICMS

- Atualizar valores do Devolve ICMS e do público beneficiado

- Trabalhar para melhorar a nota de classificação do Estado no STN, historicamente situado na pior escala nacional (“D”)

- Implementar instrumentos de avaliação de políticas públicas baseadas em resultados, para aprimorar a qualidade do gasto e das políticas públicas

- Promover e acompanhar a agenda ESG nas políticas públicas



DIÁLOGO PERMANENTE COM A SOCIEDADE

Este documento com o Plano de Governo da candidatura de Eduardo Leite e Gabriel Souza ao Governo do Estado é uma construção do diálogo e da democracia. Como tal, continua aberto para participação e contribuições da sociedade. Vamos crescer juntos!

**crescer
juntos**



G O V E R N A D O R
eduardo
Vice **Gabriel Souza**